

g) Representantes de entidades da sociedade civil;

h) O Chefe da Unidade Estadual do IBGE; o Coordenador Operacional; o Coordenador Estadual das Comissões Municipais de Geografia e Estatística; e o Coordenador de Divulgação.

§ 1º - A fim de obter a indicação dos representantes (titular e suplente) citados no *caput* deste artigo, o chefe da Unidade Estadual do IBGE expedirá ofício-convite aos titulares das Instituições, explicitando resumidamente os objetivos e a importância das Comissões.

Art. 5º - No caso de impedimento do Titular da Unidade Estadual a CCE será presidida pelo seu substituto.

Art. 6º - Caberá à Comissão de Planejamento e Organização Geral dos Censos (CPO) fixar o prazo e a data a partir da qual as Comissões deverão ser instaladas.

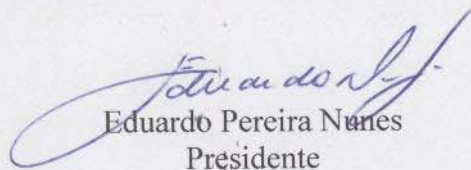
§ 1º Após a sua instalação, a CCE deverá se reunir nas fases de atualização da Base Territorial, do preparo da operação de campo e durante a coleta de dados.

§ 2º - Ao final da coleta de dados, será apresentado o resultado preliminar do Censo Demográfico no Estado, encerrando as atividades da CCE nos trabalhos censitários.

Art. 7º - Das reuniões da Comissão Censitária Estadual serão lavradas atas a serem assinadas pelos seus membros.

Art. 8º - Os participantes da CCE ficam submetidos às normas e à legislação referentes à confidencialidade das informações, estando cientes de que os responsáveis pela violação das mesmas ficarão sujeitos às penalidades da Lei.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.



Eduardo Pereira Nunes
Presidente